



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, inciso XXIII, da Lei n.º 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes e especificações técnicas para a contratação de serviços, aquisição de bens ou execução de obras, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

1.2. É o documento necessário para a contratação de bens e serviços que deve conter os parâmetros e elementos descritivos previamente estabelecidos em legislação pertinente, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação.

2. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “a” e “i”)

2.1. A presente contratação visa à **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de carga de oxigênio medicinal para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, carga e recarga de mistura industriais visando atender as necessidades do setor de mecânica manutenção de equipamentos rodoviários**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

(Participação de ampla concorrência)

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de carga de oxigênio medicinal para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, carga e recarga de mistura industriais visando atender as necessidades do setor de mecânica manutenção de equipamentos rodoviários.

Lote	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	METRO CÚBICO (M³) DE GÁS MEDICINAL OXIGÊNIO A SER ENVASADO EM CILINDROS DE 0,3 A 1 M³. Gás comprimido oxigênio, aspecto	M³	150	R\$ 166,27	R\$ 24.940,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	físico: Incolor, Inodoro, Fórmula Química: O ₂ , Grau de Pureza: Mínima de 99,5%, Número de Referência Química: CAS 10024-97-2 Característica Adicional: Uso Medicinal. Com fornecimento de Cilindro em REGIME DE COMODATO. Código: BR 0483539.				
02	METRO CÚBICO (M ³) DE GÁS MEDICINAL OXIGÊNIO A SER ENVASADO EM CILINDROS DE 1,5 A 4 M ³ . Gás comprimido oxigênio, aspecto físico: Incolor, Inodoro, Fórmula Química: O ₂ , Grau de Pureza: Mínima de 99,5%, Número de Referência Química: CAS 10024-97-2 Característica Adicional: Uso Medicinal. Com fornecimento de Cilindro em REGIME DE COMODATO. Código: BR 0483539.	M ³	4.000	R\$ 85,62	R\$ 342.480,00
03	METRO CÚBICO (M ³) DE GÁS MEDICINAL OXIGÊNIO A SER ENVASADO EM CILINDROS DE 6 A 10 M ³ . Gás comprimido oxigênio, aspecto físico: Incolor, Inodoro, Fórmula Química: O ₂ , Grau de Pureza: Mínima de 99,5%, Número de Referência Química: CAS 10024-97-2 Característica Adicional: Uso Medicinal. Com fornecimento de Cilindro em REGIME DE COMODATO. Código: BR 0483539.	M ³	8.000	R\$ 37,33	R\$ 298.640,00
04	METRO CÚBICO (M ³) DE GÁS MEDICINAL AR COMPRIMIDO A SER ENVASADO EM CILINDROS DE 6 A 10 M ³ . Gás Comprimido, Ar Sintético, Aspecto Físico: Inerte, Incolor, Inodoro, Fórmula Química: Mistura de Oxigênio e Nitrogênio, Grau de Pureza: Teor de O ₂ entre 21 e 22,5%, Característica Adicional: Uso Medicinal. Com Fornecimento de Cilindro em REGIME DE COMODATO. Código: BR 0366164.	M ³	100	R\$ 122,39	R\$ 12.239,00
05	RECARGA DE CILINDRO DE GÁS INDUSTRIAL ACETILENO 09 kg - com fornecimento de cilindro em regime de comodato número de referência química: cas 74-86-2.	M ³	20	R\$ 156,09	R\$ 3.121,80
06	CARGA DE MISTURA SOLDA MIG, dimensões aproximadas 160cm, diâmetro 30 cm, com carga, cilindro em boa conservação, bem fechado e intacto, os cilindros devem ser produzidos e testados de acordo com as normas da ABNT, ISO ou DOT.	M ³	20	R\$ 47,92	R\$ 958,40
Total					R\$ 682.379,70



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Valor total da contratação **R\$ 682.379,70 (seiscentos e oitenta e dois mil, trezentos e setenta e nove reais e setenta centavos)**.

2.2. Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos, tributos, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da empresa direta ou indiretamente.

2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, dada a natureza geral de seu objeto, uma vez que traz padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

2.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o Decreto Municipal n.º 26/2025.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)

3.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formação de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”)

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Dos elementos/serviços que compõem o objeto:

Do ciclo de vida do objeto

4.2. A análise do ciclo de vida do objeto, na fase de execução contratual, contempla o acompanhamento sistemático de todas as etapas operacionais vinculadas ao fornecimento do oxigênio medicinal e das misturas gasosas industriais, desde a entrega inicial até o consumo e eventual substituição dos insumos. A gestão eficiente dessa fase é fundamental para assegurar a efetividade, regularidade e qualidade dos serviços prestados, bem como o cumprimento integral das condições pactuadas em contrato.

4.3. Durante a execução, serão observados aspectos relacionados à logística de abastecimento, armazenamento adequado, rastreabilidade dos cilindros, controle de validade, conformidade técnica e sanitária dos produtos, além da capacidade da empresa contratada em manter o fornecimento contínuo e em conformidade com os padrões exigidos pelas normas da ANVISA e pelos regulamentos de segurança aplicáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.4. No caso do oxigênio medicinal, utilizado nas unidades de saúde, sua manipulação, acondicionamento, transporte e entrega devem seguir rigorosamente as normas sanitárias estabelecidas pela ANVISA, em especial aquelas constantes na Resolução RDC n.º 69/2014 e demais regulamentos pertinentes ao controle de qualidade de medicamentos gasosos. A empresa contratada deverá garantir a rastreabilidade dos lotes, o controle de validade dos cilindros, a higienização adequada e o pleno atendimento às exigências de segurança, evitando qualquer risco à saúde dos pacientes ou aos profissionais de saúde.

4.5. A logística de entrega deverá ser estabelecida conforme cronograma pré-definido ou sob demanda, de acordo com a evolução do consumo nas unidades de saúde, contemplando inclusive situações emergenciais. A contratada deverá manter estrutura operacional capaz de atender de forma rápida e eficaz aos pedidos realizados, inclusive fora do horário comercial, quando necessário.

4.6. Quanto aos gases industriais, destinados ao Setor de Mecânica e Manutenção de Equipamentos Rodoviários, a execução contratual exige que as cargas e recargas dos cilindros estejam de acordo com as especificações técnicas dos equipamentos utilizados, sendo observadas as normas de segurança do trabalho (NR-18 e NR-20, entre outras), bem como os regulamentos do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) no que se refere à certificação dos recipientes sob pressão.

4.7. É responsabilidade da contratada realizar a manutenção preventiva e a inspeção periódica dos cilindros fornecidos, promovendo, quando necessário, a substituição de unidades desgastadas ou vencidas, além de apresentar toda a documentação técnica pertinente, como laudos de pureza, certificados de conformidade e fichas de segurança dos produtos.

4.8. Ao longo da execução contratual, o acompanhamento e a fiscalização por parte da Administração Pública Municipal deverão ser realizados por servidor designado, que controlará o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com base em registros formais de entregas, inspeções visuais, conferência de documentos e relatórios de consumo.

4.9. Assim, a execução contratual, quando conduzida com base em parâmetros técnicos e administrativos bem definidos, representa um instrumento essencial para o bom desempenho das políticas públicas de saúde e de infraestrutura municipal, garantindo que os resultados esperados pela Administração e pela sociedade sejam plenamente alcançados.

4.10. Diante do exposto, observa-se que a fase de execução do objeto demanda acompanhamento técnico contínuo, rigoroso controle de qualidade e observância às normas regulatórias vigentes, a fim de garantir que o fornecimento de oxigênio medicinal e de gases industriais ocorra de forma eficiente, segura e ininterrupta

Da garantia de qualidade do objeto



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.11. A garantia da qualidade na fase de execução contratual é um elemento essencial para assegurar que o objeto fornecido – oxigênio medicinal e misturas gasosas industriais – atenda aos padrões exigidos de segurança, pureza, desempenho e conformidade legal. Considerando a natureza crítica dos produtos envolvidos, especialmente no que se refere ao uso em procedimentos médicos e hospitalares, a qualidade do fornecimento deve estar assegurada por controles técnicos rigorosos, protocolos normativos atualizados e mecanismos eficazes de fiscalização pela Administração.

4.12. Durante a execução, a qualidade do objeto será aferida tanto pelas especificações técnicas constantes no termo de referência quanto pelos critérios estabelecidos por órgãos reguladores, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). Dessa forma, a contratada deverá comprovar, de forma documental e material, que os produtos entregues estão em conformidade com as exigências contratuais e legais, observando as boas práticas de fabricação, armazenamento, transporte e entrega dos gases fornecidos.

4.13. Durante a fase de execução contratual, a garantia de qualidade do objeto será verificada por meio da conformidade dos produtos entregues com os requisitos técnicos e normativos previamente estabelecidos. No caso do oxigênio medicinal, sua qualidade será avaliada com base em parâmetros como pureza mínima exigida, ausência de contaminantes, acondicionamento adequado, identificação clara nos cilindros, além da apresentação dos respectivos laudos de análise e certificados de qualidade, conforme disposto na RDC nº 69/2014 da ANVISA e demais regulamentos sanitários aplicáveis.

4.14. A empresa contratada deverá observar integralmente as boas práticas de fabricação, armazenagem, transporte e distribuição, assegurando que não haja qualquer comprometimento da integridade física ou química do produto até sua efetiva entrega nas unidades de saúde. O transporte deve ser realizado em veículos apropriados, com contenção e ventilação adequadas, e os cilindros devem estar devidamente inspecionados, lacrados, rotulados e dentro do prazo de validade, respeitando todas as exigências de segurança para materiais sob pressão.

4.15. No tocante às misturas gasosas industriais, utilizadas nos serviços de manutenção da frota e equipamentos da Secretaria de Obras, a qualidade será garantida por meio da especificação correta das composições, compatibilidade com os equipamentos utilizados, adequação às normas técnicas da ABNT e INMETRO, bem como pela regular manutenção e recertificação dos cilindros. Será exigida da contratada a entrega de fichas de segurança dos produtos químicos (FISPQ) e laudos técnicos, assegurando rastreabilidade e controle dos lotes fornecidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.16. A fiscalização da Administração Pública, por meio de servidor designado, deverá acompanhar sistematicamente a conformidade das entregas, adotando registros formais, inspeção visual dos recipientes, conferência de documentos técnicos e controle de cronogramas de recarga e reposição. Eventuais inconformidades deverão ser registradas e comunicadas formalmente, cabendo à contratada a substituição imediata do item irregular, sem ônus adicional para o Município.

4.17. A garantia de qualidade não se limita à entrega, mas se estende à efetiva funcionalidade do produto durante o seu uso, à assistência técnica quando necessária e à adoção de providências corretivas em caso de falhas identificadas, sempre em estrita conformidade com os termos contratuais e as legislações específicas de regência.

4.18. Portanto, a garantia da qualidade na execução do objeto é condição indispensável para a preservação do interesse público, o uso eficiente dos recursos municipais e a prestação de serviços seguros, contínuos e tecnicamente adequados à população.

4.19. Dessa forma, garantir a qualidade do objeto durante a fase de execução contratual é medida essencial para assegurar a eficácia dos serviços públicos prestados, tanto na área da saúde quanto na manutenção da infraestrutura urbana. A observância rigorosa das normas técnicas, sanitárias e de segurança, aliada à atuação diligente da fiscalização administrativa, constitui a base para o controle efetivo da conformidade dos produtos fornecidos.

Da Padronização dos serviços que integram o objeto

4.20. Os bens não compreendem o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES n.º 938/2022.

4.21. Conforme estabelece o inciso II do art. 19 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, este item poderá ser adotado conforme descrição apresentada.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei n.º 14.133/21)

5.1. Dos critérios de sustentabilidade

Práticas para reduzir os impactos ambientais

- i. Reutilização de resíduos vegetal e animal;
- ii. Aumentar a eficiência do uso da água;
- iii. Combate ao desmatamento;
- iv. Aumento da biodiversidade;
- v. Uso de energias de fontes renováveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

5.2. O retorno dos investimentos em atividades sustentáveis não é perceptível no curto prazo. E, a cada ano, é necessário estabelecer novas metas e mostrar a evolução das suas práticas. O mais importante é que o comprometimento dessas práticas se inicie na liderança da organização. Nesse sentido, proprietários/sócios precisam assumir um compromisso de longo prazo com ações sustentáveis, mesmo que isso implique em maiores custos no curto prazo. E, a partir da liderança, é necessário o alinhamento/engajamento de todas as metas com as equipes internas e externas. Nenhuma empresa sozinha vai conseguir por mérito próprio erradicar completamente todas as questões ambientais e sociais que o seu negócio impacta. A parceria externa é fundamental.

Da Subcontratação

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Do Parcelamento

5.4. O objeto será licitado e contratado por item e executado de forma parcelada, visando atender as necessidades da secretaria demandante, conforme solicitação de despesa ou nota de empenho.

Do orçamento Sigiloso

5.5. Não será adotado o orçamento sigiloso.

Da exigência de amostra

5.6. Poderá ser solicitado na fase de julgamento a apresentação de amostra, conforme previsão no instrumento convocatório.

Garantia da contratação

5.7. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

Especificações Gerais

Do prazo de validade



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.1. Os materiais que por ocasião de sua entrega deverão apresentar no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente para produtos em que o prazo total for superior a um ano, e, de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano.

Do armazenamento

6.2. Durante a vigência contratual, a contratada deverá observar e cumprir rigorosamente as condições relativas ao armazenamento dos produtos fornecidos, conforme previsto nas cláusulas contratuais e em consonância com as normas técnicas e legais vigentes. Tanto o oxigênio medicinal, de uso hospitalar, quanto as misturas gasosas industriais, utilizadas na manutenção de equipamentos, requerem cuidados específicos quanto ao acondicionamento e à armazenagem, dada a sua natureza inflamável, pressurizada e, em alguns casos, tóxica ou comburente.

6.3. O local de armazenamento da contratada deverá estar devidamente licenciado pelos órgãos competentes, possuir estrutura física adequada, ventilação permanente, piso nivelado e sinalização de segurança, além de ser dotado de dispositivos de prevenção e combate a incêndios, conforme determina a Norma Regulamentadora nº 20 (NR-20) do Ministério do Trabalho e as instruções do Corpo de Bombeiros local. Os cilindros devem ser armazenados na posição vertical, fixados para evitar quedas, separados por tipo de gás (evitando contato entre inflamáveis e comburentes), e afastados de fontes de calor, faíscas ou materiais incompatíveis.

6.4. No que se refere ao oxigênio medicinal, deverão ser atendidas integralmente as disposições da RDC nº 69/2014 da ANVISA, bem como as boas práticas de armazenagem de gases medicinais. A contratada deverá manter registro atualizado dos lotes armazenados, com controle de validade, rastreabilidade e condições sanitárias adequadas, evitando qualquer risco de contaminação ou deterioração do produto.

6.5. Poderá ser exigido que a contratada apresente, quando solicitado, documentação comprobatória da conformidade das instalações, tais como alvarás, licenças ambientais e sanitárias, certificados de vistoria técnica e laudos de inspeção. O descumprimento das condições estabelecidas poderá ensejar a aplicação das sanções previstas contratualmente, sem prejuízo das responsabilidades civis, administrativas e penais cabíveis.

6.6. A Administração poderá realizar visitas técnicas ou auditorias nas dependências da contratada para verificar *in loco* as condições de armazenagem e o cumprimento das obrigações pactuadas, como forma de garantir a segurança, a regularidade do fornecimento e a preservação da saúde pública.

Do transporte



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.7. O transporte dos cilindros contendo oxigênio medicinal e gases industriais deverá ser realizado em estrita observância às cláusulas contratuais e às normativas técnicas e legais aplicáveis, tendo em vista o alto grau de risco associado ao manuseio e deslocamento de produtos sob pressão e, em alguns casos, inflamáveis ou comburentes.

6.8. A contratada deverá empregar veículos específicos e adaptados para o transporte de gases comprimidos, devidamente sinalizados com os símbolos de risco pertinentes conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 7500, NBR 8285, NBR 9735), bem como atender às disposições contidas na Resolução ANTT nº 5.947/2021, que regulamenta o transporte terrestre de produtos perigosos. Os motoristas e ajudantes envolvidos na operação devem ser treinados e habilitados, portando Certificado de Capacitação para o Transporte de Produtos Perigosos (MOPP).

6.9. No caso específico do oxigênio medicinal, além da atenção às normas de transporte de gases sob pressão, deverão ser observadas as exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), garantindo que os produtos cheguem aos estabelecimentos de saúde com integridade, dentro do prazo de validade, lacrados e acompanhados da documentação técnica necessária, como laudos de análise, certificados de conformidade e notas fiscais correspondentes.

6.10. Os cilindros deverão ser devidamente fixados nos compartimentos dos veículos, sendo vedado qualquer tipo de improvisação ou transporte em condições que comprometam a segurança. Será exigido que o transporte se dê em pé, com proteção contra impactos e exposição direta ao sol, além de respeitar a segregação por tipos de gases e compatibilidades químicas, conforme suas classificações de risco.

6.11. A contratada é responsável por quaisquer danos decorrentes de acidentes durante o transporte, inclusive aqueles que afetem terceiros ou o meio ambiente, cabendo-lhe também garantir a continuidade do fornecimento em caso de imprevistos logísticos. A Administração poderá exigir, a qualquer tempo, comprovação documental da regularidade da frota, dos motoristas e das condições de transporte, inclusive por meio de vistorias técnicas.

No ato da entrega:

6.12. A contratada se compromete a fornecer produtos que atendam integralmente às especificações técnicas previstas no Termo de Referência, observando os padrões de pureza, segurança, composição e acondicionamento exigidos pelas normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme o tipo de gás fornecido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.13. No momento da entrega dos cilindros de oxigênio medicinal e das misturas gasosas industriais, a contratada deverá observar rigorosamente os procedimentos e condições estabelecidos nas cláusulas contratuais, assegurando a conformidade dos produtos com os requisitos técnicos e legais, bem como a segurança e integridade dos materiais entregues.

6.14. A entrega deverá ocorrer nos locais designados pela Administração Municipal, em dias e horários previamente definidos ou sob demanda, de acordo com as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria de Obras, Viação e Serviços Públicos. Todos os produtos deverão ser acompanhados de nota fiscal, laudo de qualidade, certificado de análise e demais documentos que comprovem a origem, a rastreabilidade e a adequação do produto fornecido às especificações técnicas do edital e do contrato.

6.15. É obrigatório que os cilindros sejam entregues em perfeitas condições de uso, higienizados, lacrados, com válvulas íntegras, dentro do prazo de validade e com rotulagem visível e legível, conforme normas da ANVISA e da ABNT. Em se tratando do oxigênio medicinal, a identificação deverá seguir os padrões da RDC nº 69/2014 da ANVISA, incluindo informações como número do lote, data de envase, validade, teor de pureza e nome do fabricante.

6.16. A contratada deverá providenciar, sem qualquer ônus adicional para a Administração, a substituição imediata de qualquer item que apresente defeitos, avarias, inconformidades técnicas ou ausência de documentação, independentemente de sua aceitação inicial no ato da entrega.

Dos prazos e do local de fornecimento

6.17. O prazo para o fornecimento do objeto será de no máximo **05 (cinco) dias úteis**, contado a partir do envio e recebimento da solicitação de despesa ou nota de empenho. O prazo poderá ser prorrogado, uma única vez desde que não superior ao já previsto, mediante solicitação da contratada, devidamente justificada e aceita pela contratante.

6.18. O objeto desta contratação deverá ser entregue em dias úteis conforme solicitação de despesa ou nota de empenho, nos seguintes locais:

- a) Secretaria de Saúde, Praça da República, n.º 462, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- b) Hospital Municipal, Avenida Rio Grande do Sul, n.º 102, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- c) Clínica da Mulher, Rua São Paulo, n.º 190, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- d) Centro de Abastecimento Farmacêutico – CAF, Rua Santa Catarina, n.º 1.214, Centro, CEP 86.925-000, Cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

e) Posto de Saúde Vila Verde 2, Avenida Brasil, n.º 56, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;

f) Posto de Saúde Cassarotti, Rua Sotero Odolindo Izzo, n.º 133, Centro, CEP 86.925-000, Cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná.

6.19. A entrega deverá ser em horário comercial sendo compreendido entre às 08:00 horas e às 11:00 horas e das 13:00 horas e às 17:00 horas, agendado através do telefone.

Das Alterações

6.20. Eventuais alterações reger-se-ão pelas regras do CAPÍTULO VII - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS do TÍTULO III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei n.º 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, e do método de aferição dos resultados, dentre outros.

Da Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei n.º 14.133/21)

Do Recebimento

8.1. Os fornecimentos deverão ser executados no local e prazo constantes do termo referência e/ou outro local indicado conforme cronograma expedido pela unidade contratante na quantidade constante na programação expedida pelo responsável do contratante e conforme solicitação, correndo por conta do contratado todas as despesas necessárias para o cumprimento do objeto.

8.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, nos moldes do art. 140, II, alínea A, da Lei n.º 14.133 de 2021.

8.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Prazo de pagamento

8.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo máximo de 20 (vinte dias) úteis, a contar da liquidação da despesa.

8.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei n.º 14.133/21)

Da modalidade e critério de julgamento

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo sistema REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO - POR ITEM.

Exigências de habilitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

9.2. Os requisitos de qualificação e habilitação serão previstos no edital, detalhando as regras que serão aplicadas em conformidade com Lei n.º 14.133, de 2021, devendo ser exigidos os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21);

Habilitação Técnica (Art. 67, Lei 14.133/21);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21);

Habilitação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21);

Declarações e outros documentos necessários.

Requisitos contratuais

9.3. Previamente à celebração da Ata de Registro de Preços a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF ou certidões fiscais;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei n.º 14.133/21)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, a seguir:

Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input checked="" type="checkbox"/> Recurso Estadual <input checked="" type="checkbox"/> Recurso Federal Categoria Econômica: <input checked="" type="checkbox"/> Corrente/Custeio <input type="checkbox"/> Capital/Investimento		
<u>Reduz.</u>	<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>
170	04.033.26.782.0582.2.105.3.3.90.30.00.00.	1000
182	05.011.10.301.0428.2.025.3.3.90.30.00.00.	1303
190	05.011.10.301.0428.2.085.3.3.90.30.00.00.	1303
202	05.011.10.302.0428.2.026.3.3.90.30.00.00.	1303
241	05.025.10.301.0428.2.033.3.3.90.30.00.00.	0494
252	05.025.10.301.0428.2.080.3.3.90.30.00.00.	2494
573	10.044.26.782.0576.2.104.3.3.90.30.00.00.	1000
575	10.044.26.782.0576.2.104.3.3.90.30.00.00.	1065
576	10.044.26.782.0576.2.104.3.3.90.30.00.00.	1504
587	05.025.10.301.0428.2.033.3.3.90.30.00.00.	32003
588	05.025.10.301.0428.2.033.3.3.90.30.00.00.	32004
589	05.025.10.301.0428.2.033.3.3.90.30.00.00.	32005
661	05.025.10.301.0428.2.080.3.3.90.30.00.00.	3394

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O edital, a ata de registro de preços ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à contratação.

Borrazópolis/PR, 23 de junho de 2026.

André Luiz Pereira
Secretário Municipal de Saúde

Roberto Carlos Domingues
Secretário Municipal de Obras,
Viação e Serviços Urbanos